

A Teoria do Desenvolvimento Econômico e as estratégias de desenvolvimento para as economias atrasadas no âmbito internacional^a

The Theory of Economic Development and Development Strategies for Lagging Economies

Janaína Fernanda Battahin^b 

Universidade Federal de Alfenas, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Varginha, Brasil

Resumo: O presente artigo busca compreender as ideias dos autores pioneiros do desenvolvimento econômico no cenário internacional. A justificativa é a de que essas teorias clássicas fundamentaram o pensamento desenvolvimentista no Brasil. O desenvolvimento passou a ser uma questão no Brasil, principalmente quando determinados países viram seus desempenhos aquém de seus “vizinhos”. Para isso, recorre-se a uma discussão bibliográfica acerca da gênese do debate sobre desenvolvimento econômico no cenário internacional, abordando as principais ideias, discussões e contribuições apresentadas pelos economistas pioneiros do desenvolvimento econômico. Conclui-se que o conjunto de ideias desses pioneiros giram em torno de uma mesma solução para o problema do atraso: a industrialização.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Pioneiros do desenvolvimento econômico. Desenvolvimentismo.

Abstract: This paper seeks to understand the ideas of pioneering authors of economic development in the international scenario. The justification is that these classic theories founded developmental thinking in Brazil. Development became an issue in Brazil, especially when certain countries saw their

Editor responsável: Rafael Galvão de Almeida

^a Submissão: 13/05/2025 | Aprovação: 29/09/2025 | DOI: 10.29182/hehe.v28i3.1060

^b janaina.battahin@unifal-mg.edu.br

A autora declara não haver conflito de interesse.



Esta publicação está licenciada sob os termos de Creative Commons 4.0 Internacional

performance fall short of their “neighbors”. For this, a bibliographical discussion about the genesis of the debate on economic development in the international scenario is used, addressing the main ideas, reflections and contributions projected by the pioneering economists of economic development. It is concluded that the set of ideas of these pioneers revolve around around the same solution to the backwardness problem: industrialization.

Keywords: Economic development. Pioneers of economic development. Developmentalism.

JEL: N00. N01. N10.

Introdução

O fato econômico é resultado do pensamento e da ação de indivíduos racionais. O pensamento e a ação tornam-se matéria-prima para a teoria econômica, que, por sua vez, orienta a prática. Com o passar dos anos, as relações humanas começaram a ser interpretadas e explicadas por “pensadores especializados”, que as transportaram para suas obras, influenciando as ações e as relações econômicas de seus contemporâneos e das gerações seguintes.

Assim, o capitalismo, enquanto organização moderna das relações econômicas, possui diversas teorias interpretativas que objetivam e resultam em políticas econômicas que reagem sobre essa organização e a modificam. O verdadeiro objeto da economia consiste na confluência entre o fato econômico e a teoria econômica, funcionando da seguinte forma: o comportamento econômico humano (ação que constitui o fato econômico) é instrumentalizado por meio da elaboração da teoria econômica (pensamento que conduz a ação), que, por sua vez, sugere práticas de comportamento, conferindo à teoria sustentação e legitimidade (Prado Júnior, 1961).

A Teoria do Desenvolvimento Econômico, um campo específico da ciência econômica, constitui uma dessas teorias interpretativas do capitalismo. A preocupação produtivista dominou os primeiros dias da economia do desenvolvimento, ou seja, um ponto central na definição do conceito de desenvolvimento era a produção, entendida como sinônimo da transformação da estrutura produtiva e da estrutura social, alcançadas, ainda que não exclusivamente, por meio da industrialização.

O presente artigo busca compreender as ideias dos principais clássicos do desenvolvimento econômico, com a justificativa de que essas teorias fundamentaram o pensamento desenvolvimentista no Brasil, ou seja, sustentaram uma “consciência histórica voltada à superação do subdesenvolvimento” (Fonseca; Salomão, 2017, p. 17). Para cumprir esse objetivo, a metodologia consiste em revisitar a obra dos clássicos do desenvolvimento econômico a partir de uma revisão bibliográfica de caráter histórico-analítico, fundamentada em fontes primárias e secundárias. Essa abordagem permite recuperar a gênese do debate e, ao mesmo tempo, evidenciar como suas formulações se mantêm relevantes para a tradição latino-americana do desenvolvimento.

O desenvolvimento passou a ser uma questão no Brasil especialmente quando determinados países apresentaram desempenhos superiores aos de seus “vizinhos”. Na América Latina, o atraso foi percebido como um fenômeno histórico particular das nações periféricas e, a partir da década de 1950, buscou-se compreender essas particularidades e formular estratégias para superar o *status* de atraso, com embasamento teórico e acadêmico. As estratégias que pregavam o desenvolvimento por meio da industrialização, do intervencionismo e do protecionismo passaram a ser conhecidas, nesses países, como estratégias desenvolvimentistas.

Dessa forma, para cumprir seu principal objetivo, este artigo aborda a gênese do debate sobre desenvolvimento econômico no cenário internacional, destacando as principais ideias, discussões e contribuições apresentadas pelos economistas pioneiros da área. Por fim, serão apresentadas algumas conclusões.

1. Os pioneiros do desenvolvimento econômico no âmbito internacional e suas principais contribuições

No âmbito internacional, o processo de desenvolvimento sempre intrigou pensadores, muito antes de Adam Smith. Diversos autores já estudavam as causas da riqueza e da pobreza de suas nações. Como exemplificam Gala e Roncaglia (2020, p. 35), “o italiano Antonio Serra, de Nápoles, no início do século XVII; John Cary, de Bristol, no final do século XVII; e Duarte Ribeiro de Macedo, de Portugal, na mesma época, indagavam-se sobre o que fazer para acelerar o progresso do reino e alcançar riqueza para todos”. O trecho evidencia como as reflexões foram fundamentais para a construção do pensamento econômico relacionado ao desenvolvimento:

Veneza se tornou poderosa aos olhos de Antonio Serra porque conseguiu criar um cluster de indústrias, inovação, aprendizagem, comércio e pessoas qualificadas, num processo de “cumulação causativa”. Estes fatores juntos colocaram Veneza numa trajetória diferente daquela em que Nápoles se encontrava. Para Serra, Nápoles com sua estrutura agrária não seria capaz de resolver seus problemas econômicos sem criar uma base produtiva semelhante à de

Veneza. Para o embaixador português em Madri, Duarte Ribeiro de Macedo, a pobreza de Portugal nos anos 1600 estava relacionada à ausência de manufaturas e indústrias no Reino (o termo usado na época era artes); um pouco disso se observava na Espanha, que perdeu suas manufaturas da região de Segóvia para outros países. Para Duarte Ribeiro de Macedo, o atraso de Portugal estava ligado à ausência de processos produtivos mais sofisticados como o que se via nas manufaturas inglesas e holandesas. (Gala; Roncaglia, 2020, p. 35)

A centralidade do desenvolvimento econômico como objeto de reflexão pode ser observada também nas obras dos mercantilistas. Nessas obras, evidenciou-se a “superioridade da produção de manufaturas sobre a produção de matérias-primas, associando políticas de comércio exterior protecionistas com incentivos à industrialização e à exportação de produtos manufaturados” (Bastos; Brito, 2010, p. 7-8). Segundo Thirlwall (2005), questões como o crescimento econômico e a distribuição da renda entre salários e lucros constituíram a principal preocupação dos economistas clássicos.

Por essa razão, pode-se afirmar que a teoria do crescimento e do desenvolvimento é tão antiga quanto a publicação de *A riqueza das nações*, em 1776. O grande feito de Adam Smith foi a formulação da teoria dos rendimentos crescentes, baseada na divisão do trabalho, segundo a qual o progresso econômico seria “um processo autogerador”. Essa concepção difere da perspectiva de David Ricardo e de John Stuart Mill, que acreditavam que as economias tenderiam a alcançar uma “situação estacionária”, e também da visão de Karl Marx, para quem o “capitalismo desmoronaria por suas próprias contradições internas”. A lei dos rendimentos crescentes “é de profunda significação para a maneira como encaramos os processos econômicos”, isto é, para entender a economia mundial é fundamental distinguir as atividades que apresentam rendimentos crescentes daquelas que apresentam rendimentos decrescentes, uma vez que o aumento dos rendimentos implica o crescimento da produtividade do trabalho e da renda *per capita*, sem impor limites ao emprego da mão de obra pelo salário de subsistência, enquanto os rendimentos decrescentes implicam o oposto. Nesse contexto, a terra é considerada um fator de produção fixo,

o que explicaria a tendência ao rendimento decrescente da mão de obra agrícola (Thirlwall, 2005, p. 17).

O progresso da produção como criação de riqueza pensado por Adam Smith no século XVIII foi posteriormente associado ao termo desenvolvimento, o qual, para se afirmar como categoria teórica, pressupunha a existência de seu termo antitético: o não desenvolvimento, ou seja, a interrupção do crescimento e as crises (Fonseca, 2015, p. 22). O século XIX foi caracterizado por teorias que confiavam no autoequilíbrio do sistema econômico (Fonseca, 2015).

Smith apresentou três maneiras de aumentar a produtividade do trabalho por meio da especialização da mão de obra: a qualificação dos trabalhadores, a economia de tempo (redução de perdas no processo produtivo) e a decomposição de processos complexos em processos mais simples, com o auxílio do uso de máquinas. Ressalte-se que “a divisão do trabalho depende do tamanho do mercado” (Thirlwall, 2005, p. 18). Smith reconheceu que, na indústria, “a divisão do trabalho depende do tamanho do mercado, mas o tamanho do mercado depende da divisão do trabalho” (Thirlwall, 2005, p. 18). No entanto, ele também observou que o mesmo não se aplicava à agricultura, já que esta “não admite tantas subdivisões do trabalho nem uma separação completa entre uma atividade e outra como ocorre nas manufaturas” (Smith, [1776] 1976, p. 16).

Após Smith, a visão clássica que predominou sobre o desenvolvimento econômico foi predominantemente “pessimista”. Em *Ensaio sobre o princípio da população* (1798), Thomas Malthus afirmou que havia uma tendência ao desequilíbrio entre a oferta de alimentos e o crescimento populacional, ou seja, que a população cresceria mais rapidamente do que a produção de alimentos – subestimando, contudo, o impacto do progresso técnico na superação desse problema.

David Ricardo, em *Princípios de economia política e tributação* (1817), alertou que as economias capitalistas tenderiam ao estado estacionário, com a estagnação da acumulação de capital e, conseqüentemente, do crescimento econômico, também em função dos rendimentos decrescentes na agricultura – novamente desconsiderando o potencial do progresso técnico. Ricardo ficou conhecido, sobretudo, por seu esforço teórico em estruturar um sistema produtivo doméstico mais competitivo, baseado na ideia das vantagens comparativas. De acordo com essa teoria, cada país deveria

se especializar na produção de bens que produzisse com menor custo relativo e importar aqueles que não fossem vantajosos para a sua produção. Assim, defendia a abertura comercial como meio de promover o crescimento e o desenvolvimento econômico (Gala; Roncaglia, 2020).

Outro pensador pessimista foi Karl Marx, que, em 1867, publicou *O capital*, onde abordou as crises econômicas resultantes da tendência à queda da taxa de lucro, associada à concorrência entre capitalistas, à superprodução e à agitação social. Para Marx, o capitalismo entraria em colapso em virtude de suas “próprias contradições internas”, transferindo o poder político e econômico para as classes trabalhadoras (Marx, [1867] 1983, p. 22). Marx também afirmou que

Os modelos clássicos do crescimento e da distribuição ainda são parte integrante da teoria do crescimento e do desenvolvimento, particularmente no tocante à ênfase no excedente capitalista para investimento, mas os prognósticos sombrios dos economistas clássicos não se materializaram, pelo menos no mundo capitalista como um todo. (Marx, [1867] 1983, p. 22)

No final do século XIX e início do século XX, a teoria neoclássica do valor, com destaque para os nomes de William Stanley Jevons, Léon Walras e Alfred Marshall, passou a dominar a economia, relegando a teoria do crescimento e do desenvolvimento a um papel secundário, uma vez que ambos os fenômenos passaram a ser considerados “processos evolutivos naturais, aparentados com o desenvolvimento biológico no mundo real” (Marx, [1867] 1983, p. 23).¹

Mesmo nesse contexto, o alemão Friedrich List publicou, em 1841, *O sistema nacional de economia política*, obra que não apenas contribuiu para a consolidação da Escola Histórica Alemã de Economia, mas também

¹ Essa caracterização da passagem da economia clássica à economia neoclássica como uma ruptura se apoia em diferentes interpretações da história do pensamento econômico. Schumpeter (1954) reconhece a descontinuidade teórica introduzida pela “Revolução Marginalista”, ao mesmo tempo que ressalta sua continuidade em relação a questões anteriores. Screpanti e Zamagni (2005) destacam que o deslocamento do foco da economia política para a teoria da escolha individual redefiniu a agenda de pesquisa, marginalizando o crescimento e o desenvolvimento. Blaug (1991) e Hunt (1989) também exploram esse momento de transição, enfatizando o modo como a economia neoclássica substituiu a preocupação com a dinâmica histórica por uma abordagem mais estática e formalizada.

respondeu às inquietações causadas pela incapacidade do modelo clássico² de explicar e transformar a realidade alemã. List enfatizava a necessidade de romper com a ideia de uma teoria econômica universal, defendendo que era fundamental considerar a formação histórica e as particularidades³ de cada nação.

List ([1841] 1989) propunha que o Estado deveria atuar como promotor da industrialização, protetor da indústria nacional nascente e responsável pela construção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento. Segundo Gala e Roncaglia (2020), o Estado, nessa perspectiva, deveria aplicar tarifas comerciais sobre produtos importados, com o objetivo de proteger a indústria doméstica, e conceder subsídios às exportações para reduzir preços e aumentar a competitividade internacional. Embora os trabalhos de Friedrich List e de outros economistas, como Mihail Mo-noilescu,⁴ Roy Harrod,⁵ Kurt Mandelbaum e Rosenstein-Rodan, tenham antecipado diversas ideias da teoria do desenvolvimento entre as décadas de 1920 e 1940, a consolidação da teoria do desenvolvimento como um “campo específico da ciência econômica”, uma “disciplina da economia” ou ainda um “fenômeno do pensamento econômico” ocorreu apenas após a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente a partir da década de 1950, período em que diversas discussões sobre o tema foram sistematizadas e publicadas (Bastos; Brito, 2010, p. 7-8).

² Sua crítica era direcionada principalmente à teoria de Vantagens Comparativas de David Ricardo. Segundo List, “a Inglaterra detinha elevada competitividade comercial por ter desenvolvido antes das outras nações todo um aparato industrial que lhe garantia a melhor vantagem comparativa de todas: a de vender produtos caros (porque só ela produzia) em troca de produtos baratos (que os vários países concorrentes produziam)” (Gala; Roncaglia, 2020, p. 52).

³ No Brasil esse debate foi aprofundado por Caio Prado Júnior em sua tese de livre-docência para a cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1968. Intitulada *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*, a tese reuniu um trabalho de mais de três décadas no qual o autor buscou compreender criticamente o desenvolvimento e a elaboração de uma política econômica direcionada ao Brasil. Apenas a história auxiliaria a compreender os limites do desenvolvimento em países como o Brasil.

⁴ Escreveu vários artigos, entre 1920 e 1930, que defendiam o protecionismo e incentivaram a industrialização. Um dos livros mais conhecidos é *Théorie du Protectionism et de l'Échange International*.

⁵ Não podemos deixar de destacar que, em 1939, no artigo *Ensaio sobre a Teoria Dinâmica (An Essay in Dynamic Theory)*, Roy Harrod “ressuscitou” questões referentes ao desenvolvimento e crescimento, já que resultou, posteriormente, na elaboração do modelo de crescimento de Harrod-Domar, modelo este que “desempenhou importante papel na reflexão sobre as questões do desenvolvimento” e foi usado para reflexões referentes à estrutura de planejamento de países em processo de desenvolvimento (Thirlwall, 2005, p. 23).

Um conjunto de circunstâncias no âmbito internacional tornou o terreno fértil para o surgimento das teorias de desenvolvimento econômico ao longo da década de 1950.

A primeira dessas circunstâncias consistiu no fim da chamada era liberal ou do *laissez-faire*, após a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Nesse período, o papel político, financeiro e econômico da Inglaterra foi gradualmente substituído pela ascensão dos Estados Unidos e da Alemanha (Bastos; Brito, 2010). O diagnóstico e as estratégias liberais defendiam políticas monetárias e fiscais que assegurassem a estabilidade macroeconômica, bem como políticas externas que favorecessem a liberalização dos fluxos de capitais, bens e serviços. Isso porque “a visão de *laissez-faire* supunha um caráter automático, natural e equilibrado da retomada e sustentação dos processos de crescimento e desenvolvimento”, desde que as políticas anteriormente mencionadas fossem implementadas (Cardoso, 2018, p. 18). Embora tenha havido uma tentativa de restabelecer a antiga ordem liberal ao final do conflito, essa iniciativa perdeu força diante das crises hiperinflacionárias da década de 1920 e, sobretudo, com a Grande Depressão da década de 1930, representando o fim dos condicionantes estruturais que sustentavam o liberalismo até então.

A ideia de um Estado mínimo foi substituída pela concepção de um Estado ativo e interventor, que ganhou destaque em diferentes experiências históricas, como a social-democracia escandinava, o nacional-socialismo alemão, o *New Deal* nos Estados Unidos e o período varguista no Brasil (Bastos; Brito, 2010). É preciso salientar que

[...] em vista de várias “economias dirigidas” se terem instalado no mundo durante esse período, como o *New Deal* norte-americano, o nazismo alemão, o fascismo italiano e outros, surgiu a tendência de se atribuírem todos os males vigentes à economia livre, à liberdade de empresas, dando isso origem aos panegiristas dos “governos fortes” das ditaduras. (Lima, 1965, p. 113)

Vale ainda ressaltar que, no pós-guerra, os sistemas comerciais e financeiros internacionais foram paralisados, culminando em uma ruptura da inserção econômica global. Essa situação incentivou o desenvolvimento da produção industrial voltada para o mercado interno, fator relevante

para a aplicação e difusão das ideias de desenvolvimento econômico (Bastos; Brito, 2010, p. 10).

Um segundo fator importante para o surgimento de uma teoria do desenvolvimento foi a influência do padrão de intervenção e planejamento econômico da antiga União Soviética. Enquanto o mundo capitalista enfrentava a Grande Depressão, a União Soviética desencadeava um processo de industrialização acelerado, com limitada utilização de recursos externos e a manutenção do pleno emprego, além de registrar avanços significativos em saúde e educação (Bastos; Brito, 2010, p. 10).

A terceira circunstância relevante foi o movimento de descolonização na Ásia e na África. O surgimento de novas nações independentes exigiu a formulação de políticas econômicas específicas para esses países. Nesse contexto, os Estados Unidos passaram a incentivar a elevação do padrão de vida no exterior como forma de afastá-los da “tentação socialista”, numa corrida ideológica e política com a União Soviética, intensificada pela Guerra Fria. Essa estratégia fica evidente no discurso de Truman, em 1949, e em iniciativas como o Plano Marshall⁶ e o Programa Ponto IV (Bastos; Brito, 2010).

O quarto e penúltimo ponto a ser destacado foi a condição histórica dos Estados Unidos. Diferentemente da Inglaterra do século XIX, ao final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos apresentavam-se como uma economia relativamente fechada, dotada de vastos recursos naturais e elevada produção agrícola, sem a necessidade de estimular “arranjos dinâmicos e complementares no comércio exterior” (Bastos; Brito, 2010).

O quinto fator relevante consistiu no crescimento da renda *per capita* a partir da expansão capitalista do século XIX, que ocorreu de forma desigual. A promessa ricardiana de que a especialização – com a produção industrial concentrada nos países que apresentassem vantagens compara-

⁶ Anunciado em 1947 e também conhecido como Plano de Recuperação Europeia, foi um tipo de “regulamento” com duração de quatro anos, mediante o qual os Estados Unidos garantiriam créditos e empréstimos para financiar a recuperação e garantir a plausibilidade das economias europeias. Essas economias foram incentivadas a liberalizar o comércio entre si e manter, ao mesmo tempo, restrições às importações da chamada área do dólar a fim de refazerem suas reservas. A administração do Plano aprofundou o envolvimento de funcionários do governo americano na política econômica dos países beneficiários, instruindo-os quanto aos empregos dos Fundos do Plano Marshall e as práticas econômicas gerais dos países beneficiários. (Wachtel, 1988)

tivas nessa atividade – e o livre comércio trariam benefícios universais revelou-se, na prática, muito mais vantajosa para alguns países do que para outros (Bastos; Brito, 2010).

Dessarte, independentemente de limites temporais, a economia do desenvolvimento teve sua gênese em um contexto marcado pelo atraso relativo de determinados países em comparação ao restante do mundo, ou seja,

[...] um contexto internacional de aumento da intervenção estatal na economia, na tentativa explícita de estabelecer políticas ativas para acelerar o crescimento dos países mais atrasados, que, para tanto, passaram a ter um novo status teórico analítico: o subdesenvolvimento. Essas teorias e as políticas que daí resultavam se caracterizavam por uma ruptura com a ortodoxia marginalista dominante, abandonando-se a hipótese de escassez de fatores de produção – mais especificamente, da mão de obra –, conferindo-se grande destaque à questão das externalidades e, consequentemente, à necessidade de intervenção estatal na economia. (Bastos; Brito, 2010, p. 35)

Essa tendência da “divergência crescente entre o nível de riqueza e desenvolvimento das nações” culminou no surgimento do conceito de subdesenvolvimento, uma condição particular de determinados países, que fortaleceu a rejeição da “doutrina econômica liberal como caminho para o desenvolvimento”. Para romper com a “armadilha histórica do subdesenvolvimento”, o caminho proposto era a industrialização, associada à prática de políticas protecionistas, à intervenção estatal e à redefinição do padrão de inserção externa (Cardoso, 2018, p. 18-19). Foi nesse período que nasceu o conjunto de ideias que fundamentou o desenvolvimento, ideário que, embora direcionado especialmente à periferia do capitalismo, teve origem em diversos países, emergindo como crítica ao receituário liberal para a geração de crescimento e desenvolvimento econômico.

Inspirados em John Maynard Keynes (1936)⁷ e Joseph Schumpeter

⁷ “[...] pelo embasamento teórico que justifica a necessidade de intervenção estatal na dinâmica econômica a fim de alcançar os resultados socialmente desejáveis” (Cardoso, 2018, p. 17).

(1982),⁸ os pioneiros do chamado “desenvolvimentismo clássico” buscaram apresentar “perspectivas do processo de desenvolvimento alternativas à visão neoclássica, contemplando elementos de complexidade” para diagnosticar o subdesenvolvimento e indicar estratégias de sua superação (Cardoso, 2018, p. 17).

Preocupados em compreender a “heterogeneidade estrutural das economias atrasadas”, pensadores econômicos europeus, conhecidos também como “estruturalistas”, defendiam que o ritmo e a direção do desenvolvimento econômico dependiam da mudança estrutural promovida pela industrialização (Gala; Roncaglia, 2020, p. 35).

Em síntese, os pioneiros da teoria do desenvolvimento retomaram o conceito de “indústria nascente” proposto por List ([1841] 1989) e, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, dedicaram-se a compreender as particularidades das nações atrasadas e a buscar estratégias para seu desenvolvimento. Esse conjunto de contribuições encerra a fase inaugural do pensamento desenvolvimentista no âmbito internacional, servindo de referência para os debates posteriores.

2. Os teóricos do desenvolvimento no pós-Segunda Guerra Mundial: do diagnóstico do subdesenvolvimento às estratégias de superação

A partir dessas contribuições iniciais, a reflexão sobre o desenvolvimento ganhou novas interpretações e abordagens, especialmente no contexto latino-americano. Nesse cenário, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) e seus principais formuladores desempenharam papel central na elaboração de diagnósticos e estratégias para os países da região. A crítica à teoria das vantagens comparativas de Ricardo foi crucial para questionar a ideia de que os países deveriam se especializar apenas na produção de bens em que tivessem vantagem relativa. Segundo essa perspectiva clássica, os países subdesenvolvidos, como fornecedores de bens primários e consumidores de bens manufaturados, não precisariam passar pelo processo de industrialização, bastando se integrarem ao co-

⁸ “[...] pela ênfase na importância do progresso técnico como motor dinâmico do desenvolvimento capitalista (Cardoso, 2018, p. 17).

mércio internacional. No entanto, o resultado dessa especialização foi o aprofundamento da desigualdade entre as nações (Cardoso; Reis, 2018).

É importante destacar que, nesse momento, havia certa confusão entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento econômico, bem como uma ausência de distinção clara entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento socioeconômico. Tal imprecisão se explica pela instabilidade teórica que marcou o conceito de desenvolvimento nas décadas de 1940, 1950 e 1960, dificultando o diagnóstico dos problemas e a formulação de estratégias eficazes para superá-los (Cardoso; Reis, 2018).

Nesse contexto, nomes como Hans Singer, Walt Rostow, Arthur Lewis, Ragnar Nurkse, Albert Hirschman, Gunnar Myrdal e Paul Rosenstein-Rodan se destacaram ao aprofundar as pesquisas sobre o desenvolvimento de nações atrasadas.

Rosenstein-Rodan, considerado o “pioneiro dos pioneiros” da geração dedicada a investigar o subdesenvolvimento, publicou *Problemas de industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental* em 1943, obra considerada inaugural para a economia do desenvolvimento (Cardoso, 2018, p. 21-22). Preocupado com regiões deprimidas da Europa Oriental e Sudeste, seu argumento central para explicar o atraso dessas áreas era o desperdício da mão de obra disponível em atividades agrárias de baixa produtividade. Como solução, Rosenstein-Rodan propunha a criação de empregos produtivos por meio da promoção da industrialização (Rosenstein-Rodan, [1943] 2010).

O autor defendia uma industrialização ampla, que atingisse um “tamanho ótimo” e abrangesse toda a área entre Alemanha, União Soviética e Itália, a partir de duas possibilidades: o desenvolvimento da Europa Oriental e Sudeste conforme o “modelo russo”, sem apoio de investimentos internacionais; ou a integração dessas regiões à economia mundial, contando com investimentos e empréstimos externos (Rosenstein-Rodan, [1943] 2010, p. 266).

Para o sucesso desse projeto, seria fundamental a criação de um ambiente institucional no qual o “conjunto industrial” fosse “tratado e planejado como uma grande empresa ou truste”. Inicialmente, os investimentos nacionais e internacionais deveriam ser direcionados à construção de “indústrias básicas” e “serviços públicos que propiciassem novas oportunidades de investimento” (Rosenstein-Rodan, [1943] 2010, p. 268-269).

Esse processo deveria ser viabilizado por meio de “programas de desenvolvimento” baseados na importação de bens de capital – como locomotivas, aço, tratores, escavadeiras, misturadores de cimento e turbinas. Diante da escassez de ativos estrangeiros em muitos países, Rosenstein-Rodan sugeria alternativas como a redução das importações de bens de consumo, o aumento das exportações para alcançar superávits comerciais e a obtenção de empréstimos.

Dado o contexto pós-guerra, no qual investidores privados relutavam em emprestar grandes volumes de capital a baixas taxas de juros, Rosenstein-Rodan propôs que os governos dos países credores garantissem os empréstimos ou mesmo emprestassem diretamente, desde que asseguradas as condições de pagamento de juros e dividendos. Isso, segundo ele, permitiria a reconstrução das relações econômicas internacionais. Outro aspecto fundamental seria garantir a liquidação dos empréstimos por meio do planejamento: parte das indústrias criadas deveria se dedicar à produção de bens destinados à exportação para os países credores (Rosenstein-Rodan, [1943] 2010).

Para o economista polonês, a dificuldade da industrialização em países atrasados residia na tendência de concentração industrial em regiões com maior disponibilidade de renda, gerando assim desigualdades internas. Como solução, propunha o planejamento da indústria em larga escala, com forte apoio estatal, de modo a criar um novo ambiente institucional que estimulasse e viabilizasse os investimentos necessários ao impulsionamento da industrialização (Cardoso, 2018). Assim, sob a ótica de Rosenstein-Rodan, conclui-se que

Os pontos cruciais do planejamento sob a ótica de Rosenstein-Rodan, por sua vez, dizem respeito ao treinamento planejado de mão de obra e à promoção do investimento em bloco, que implicariam um melhor aproveitamento das economias externas pecuniárias e tecnológicas, intensificando os efeitos de encadeamentos positivos transformadores pela cadeia produtiva, permitindo a formação de um grande impulso, necessário para dar início e sustentar o processo de desenvolvimento. Caso contrário, na ausência de um grande impulso, seria observado um voo de galinha

– portanto, insuficiente para romper com o subdesenvolvimento. (Cardoso, 2018, p. 34)

O economista alemão Hans Singer, por sua vez, apresentou suas ideias em um congresso em 1939 e publicou, posteriormente, em 1950, *The Distribution of Gains Between Investing and Borrowing Countries*. Inspirado pelas obras de Keynes e Schumpeter, Singer enfatizou a necessidade de enfrentar os problemas estruturais das nações subdesenvolvidas como condição para viabilizar possibilidades concretas de ação (Cardoso, 2018, p. 36). Para o autor, o comércio internacional reforçava a condição de subdesenvolvimento das nações periféricas, criando uma divisão internacional do trabalho na qual certas nações se especializavam na exportação de bens primários e outras na produção de bens manufaturados, o que resultava em desigualdade na distribuição dos ganhos do comércio. Singer alertava que as diferenças estruturais entre as nações poderiam provocar um declínio relativo dos preços dos bens primários em relação aos manufaturados. Diante disso, destacou a importância de dinamizar a variável investimento produtivo, diversificar a matriz produtiva e reconfigurar o padrão de inserção externa dessas economias.

Além disso, Singer argumentava que a especialização primária das nações subdesenvolvidas era consequência da maneira como as nações desenvolvidas direcionavam seus investimentos e empréstimos, perpetuando a vocação primário-exportadora (Singer, 1950).

Enquanto as nações desenvolvidas acumulavam vantagens no comércio internacional, as subdesenvolvidas acumulavam desvantagens. Os países em desenvolvimento enfrentavam, segundo Singer, uma dupla armadilha dos termos de troca: poderiam se industrializar durante um *boom* dos preços dos produtos primários, quando haveria recursos disponíveis, mas faltaria interesse para alterar a matriz produtiva; ou, alternativamente, quando houvesse interesse, poderiam carecer dos meios financeiros necessários. Por isso, defendia que os momentos de *boom* deveriam ser aproveitados estrategicamente, com planejamento que orientasse a aplicação dos excedentes para promover a industrialização e reduzir a dependência em relação ao mercado internacional.

Assim, a transformação estrutural exigiria a diminuição da importância relativa da agricultura e o direcionamento dos investimentos para

o setor industrial, promovendo avanços técnicos, elevação do conhecimento e dinamismo econômico (Singer, 1950).

Em 1951, Ragnar Nurkse também buscou compreender o desenvolvimento das nações subdesenvolvidas. Sua questão central era como romper com a condição de “círculo vicioso da pobreza”. Para Nurkse, entender a capacidade de formação e acumulação de capital era essencial para diagnosticar as possibilidades de progresso econômico. Em sua célebre frase – “um país é pobre porque é pobre” (Nurkse, [1951] 2007, p. 24) –, resumiu a lógica circular que perpetuava o atraso: a escassez de capital inibia investimentos, e a ausência de investimentos impedia o aumento da produtividade e da renda, reforçando a pobreza.

Nurkse apontava que a saída para romper esse círculo vicioso seria o planejamento estratégico com forte ação estatal, tanto para incentivar o capital privado e externo quanto para fomentar o investimento público. Para ele, o investimento deveria ocorrer em vários setores simultaneamente, de modo que cada setor criasse mercados para os outros. Embora reconhecesse a importância do capital externo, Nurkse enfatizava a necessidade de fortalecer o mercado interno e aumentar as exportações, reduzindo a dependência das importações.

Nurkse alerta, ainda, para o “efeito de demonstração”, segundo o qual o aumento da renda em economias pobres poderia resultar no consumo de bens superiores importados, gerando desequilíbrios no balanço de pagamentos ou direcionando os investimentos para padrões de consumo insustentáveis. Para evitar esse problema, propunha a diversificação da produção interna e a adoção de políticas protecionistas (Nurkse, [1951] 2007).

Assim, Nurkse defendia que cada país deveria desenvolver seu próprio capital por meio de esforços internos, diversificando sua estrutura produtiva para impulsionar a produtividade e a renda. Criticava o excesso de confiança na poupança externa, argumentando que o maior desafio dos países em desenvolvimento não era gerar valor, mas sim criar capacidade de geração de riqueza e progresso técnico endógeno (Nurkse, [1951] 2007).

Em 1954, Arthur Lewis publicou *O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra*, concentrando-se na hipótese de que, nos países subdesenvolvidos, a oferta de mão de obra não qualificada era ili-

mitada em comparação ao capital e aos recursos naturais, resultando em situações de subemprego, ou seja, empregos de baixa produtividade.

Para Lewis, os países em desenvolvimento apresentavam uma “dualidade estrutural”, caracterizada pela existência simultânea de “ilhas de modernidade” – setores de alta produtividade – e um “mar de atraso” – setores de subsistência de baixa produtividade (Lewis, [1954] 1960, p. 420-421).

A intensificação da acumulação de capital seria a solução para essa dualidade, possibilitando a expansão das “ilhas de modernidade” e a absorção dos trabalhadores subempregados em setores mais produtivos. Esse processo ocorreria por meio da redistribuição da renda: a redução da participação da renda da terra e o aumento da parcela destinada aos lucros permitiriam novos investimentos, promovendo o crescimento da produtividade e o aumento dos salários. Assim, para Lewis ([1954] 1960), a condição essencial para o crescimento e o desenvolvimento econômico era a ampliação da disponibilidade de capital, com a coordenação e o planejamento estatal para viabilizar e dirigir o processo de industrialização.

Em 1956, Walt Rostow publicou *A decolagem para o crescimento autossustentado*, texto no qual apontou que o processo de crescimento econômico ocorreria ao longo de um período de duas a três décadas, após o qual o crescimento subsequente se tornaria, em grande medida, automático. Essa transformação, denominada pelo autor de “decolagem”, destacava a necessidade de a sociedade estar preparada para explorar as possibilidades de empreendimentos produtivos. Tal preparação exigiria transformações políticas, sociais e institucionais que impulsionassem o aumento da escala de investimento e a normalização das inovações (Rostow, [1956] 2010, p. 181). O “crescimento rápido de um ou mais setores manufatureiros” seria, segundo Rostow, “uma força poderosa e essencial de transformação econômica”, pois resultaria no aumento do produto *per capita*, na criação de uma cadeia de demanda efetiva para produtos manufaturados, na expansão das áreas urbanas e no surgimento de setores líderes que substituiriam aqueles cujo impulso inicial se dissipasse (Rostow, [1956] 2010, p. 205).

Em 1957, Gunnar Myrdal publicou *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*, obra na qual criticou a inadequação metodológica da perspectiva de equilíbrio que sustentava a existência de mecanismos automáticos

de estabilização econômica. Sua preocupação principal foi abordar “as enormes e crescentes desigualdades econômicas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos” (Myrdal, [1957] 1968, p. 12).

Para Myrdal, assim como para outros autores da época, não havia qualquer garantia de convergência dos níveis de renda entre as nações. A lógica da especialização comercial baseada na teoria ricardiana das vantagens comparativas não seria capaz de romper com a condição de subdesenvolvimento. Dessa maneira, Myrdal defendeu a construção de teorias alternativas, que considerassem a inter-relação entre fatores econômicos e não econômicos. Ao identificar essa interdependência, seria possível compreender como as “causações circulares cumulativas”⁹ operam no sistema econômico e, a partir daí, enfrentar os obstáculos ao desenvolvimento. Myrdal argumentava que, nos países subdesenvolvidos, os efeitos propulsores do desenvolvimento eram fracos – como a baixa integração nacional, a limitada complexidade da matriz produtiva e as intensas desigualdades (de renda, raça e região). Esses efeitos só se fortaleceriam com a intervenção de um Estado forte e a implementação de um plano nacional de desenvolvimento.

Albert Hirschman, por sua vez, assim como Rodan, Nurkse e Lewis, partiu da crítica à teoria do crescimento equilibrado. Em *A estratégia do desenvolvimento econômico* (1958), Hirschman sustentou que o desenvolvimento era inerentemente desequilibrado, e que não existia um plano previamente acabado, mas sim uma organização e um planejamento dinâmicos baseados no aprendizado ao longo do processo.

Hirschman destacou dois males que afetavam o desenvolvimento: a tendência à aplicabilidade universal de políticas econômicas e a *fracassomania*.¹⁰ Nos países atrasados, a relação entre recursos disponíveis e investimentos realizados não ocorria de forma espontânea; a combinação adequada dos fatores disponíveis só seria possível mediante coordenação e planejamento.

⁹ Para o autor, o processo de equilíbrio não ocorreria devido às causações circulares cumulativas: “Em geral uma transformação não provoca mudanças compensatórias, mas, antes as que sustentam e conduzem o sistema, com mais intensidade, na mesma direção da mudança original. Em virtude dessa causação circular, o processo social tende a tornar-se acumulativo e, muitas vezes, a aumentar, aceleradamente, sua velocidade” (Myrdal, [1957] 1968, p. 34).

¹⁰ Os países subdesenvolvidos aceitavam as políticas econômicas sem questionarem a aplicação delas aos diversos contextos.

Um dos conceitos centrais de Hirschman (1958) foi o dos efeitos de encadeamento para trás e para frente. O efeito de encadeamento para frente refere-se a atividades econômicas cujos produtos geram insumos para outras atividades, enquanto o efeito de encadeamento para trás descreve atividades econômicas que induzem a produção doméstica de insumos necessários para seu funcionamento (Hirschman, 1958).

Assim, a matriz produtiva de um país funcionaria como uma rede de setores interconectados: uma economia baseada em bens simples teria poucos efeitos de encadeamento para trás, enquanto uma matriz produtiva complexa – baseada em bens que exigem várias etapas de processamento – geraria fortes efeitos encadeadores.

Portanto, para Hirschman, a ausência de interdependência entre setores produtivos constituía uma das principais características do subdesenvolvimento. Transformar a matriz produtiva e o padrão de inserção externa, por meio da complexificação e diversificação, era essencial para impulsionar o desenvolvimento (Cardoso, 2018).

Em 1968, Michał Kalecki publicou *The Difference Between Crucial Problems of Developed and Underdeveloped Non-Socialist Economies*, onde argumentou que, embora a insuficiência de demanda efetiva fosse um problema nas economias subdesenvolvidas, não constituía seu principal desafio. O problema fulcral dessas economias, segundo Kalecki, era a “deficiência de capacidade produtiva”. Assim, no contexto de industrialização, sem uma transformação concomitante da capacidade de oferta de bens de primeira necessidade, haveria pressões inflacionárias que, por sua vez, freariam o processo de crescimento e desenvolvimento. Para Kalecki, a expansão da capacidade produtiva básica deveria ser uma prioridade estratégica para que as economias subdesenvolvidas pudessem iniciar e sustentar o seu processo de transformação.

O problema crucial dos países subdesenvolvidos é o aumento considerável do investimento, não a fim de gerar demanda efetiva – como é o caso numa economia desenvolvida com subemprego –, mas para acelerar a expansão da capacidade produtiva indispensável ao rápido crescimento da renda nacional. (Kalecki, [1968] 1976, p. 132)

Dessa maneira, as economias subdesenvolvidas precisariam transformar a capacidade de oferta de bens de primeira necessidade, especialmente alimentos, e planejar os investimentos – em particular, os investimentos públicos – uma vez que, segundo Kalecki, os investimentos privados poderiam não responder adequadamente às necessidades de incremento da capacidade produtiva ou, quando o fizessem, não o fariam na escala necessária (Kalecki, [1968] 1976).

Além disso, Kalecki destacou a importância de combinar a transformação da capacidade produtiva com a diversificação dos investimentos, promovidos por meio do investimento planejado e de reformas institucionais. Entre as reformas recomendadas, destacam-se a reforma agrária, com o objetivo de aumentar a produtividade agrícola, e a reforma tributária, com a instituição de um sistema fiscal mais progressivo que tributasse adequadamente as classes mais ricas (Cardoso, 2018).

Vale salientar que, segundo Kalecki e Sachs ([1966] 1976), o capital externo poderia ser utilizado para financiar investimentos quando necessário, desde que estivesse inserido em um plano nacional estratégico de desenvolvimento. Esse plano deveria incentivar a transformação da matriz produtiva, a requalificação da inserção das economias no mercado internacional e a geração de capacidade de pagamento futuro.

A Tabela 1 reúne os pontos fundamentais abordados até aqui, apresentando os principais argumentos e contribuições dos pensadores pioneiros do desenvolvimento econômico. A análise evidencia que, apesar das diferentes ênfases – seja na indústria nascente de List, seja nas indústrias básicas de Rosenstein-Rodan, na diversificação produtiva de Nurkse ou nos efeitos cumulativos de Myrdal –, todos convergem para uma mesma direção: a necessidade de um Estado ativo e da industrialização como eixo estruturante do desenvolvimento. Esse diagnóstico compartilhado constitui o alicerce do pensamento desenvolvimentista internacional e oferece pistas importantes para compreender como essas ideias foram incorporadas em contextos nacionais, como o brasileiro.

Tabela 1 – As ideias fundamentais dos autores pioneiros do desenvolvimento econômico

Autor	Qual a solução para superar o atraso?	Como viabilizar essa solução?
Friedrich List	Proteção da indústria infante	Estado protecionista na indústria via tarifa de importados subsídios para exportados
Rosenstein Rodan	Construção de Indústrias Básicas	Empréstimos estrangeiros e apoio estatal via construção de ambiente institucional que impulsiona os investimentos para a indústria
Hans Singer	Reconfigurar o padrão de inserção dos países atrasados	Dinamização dos investimentos e diversificação da matriz produtiva
Ragnar Nurkse	Diversificação do sistema produtivo	Estado investidor, principalmente; e Estado como incentivador de investimentos privado e externo
Arthur Lewis	Aumentar a produtividade através de uma mão de obra mais qualificada	Intensificação da acumulação de capital por meio de um Estado planejador e coordenador da industrialização
Walt Rostow	Impulsionar investimentos produtivos	Crescimento de um ou mais setores manufaturados
Gunnar Myrdal	Fortalecer os efeitos propulsores do desenvolvimento	Estado forte intervindo na política e no plano nacional de desenvolvimento
Albert Hirschman	Matriz produtiva concentrada em bens mais complexos e diversificados	Complexificação e diversificação da matriz produtiva através de planejamento e coordenação
Michal Kalecki	Resolver a deficiência da capacidade produtiva	Planejar investimentos públicos necessários para incrementar a capacidade produtiva

Fonte: elaborado pela autora.

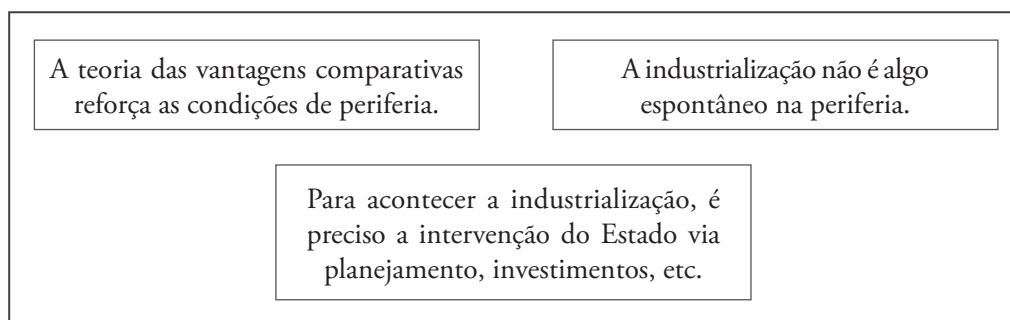
Embora os autores tratem o objetivo da industrialização de maneiras distintas, seus argumentos, ao final, convergem para essa direção. A industrialização é compreendida como sinônimo de desenvolvimento porque, segundo Gala e Roncaglia (2020, p. 35), é o

[...] melhor caminho para o desenvolvimento das nações. Sem um processo de industrialização robusto não é possível aumentar o emprego, a produtividade e a renda per capita de um país. Sem estes movimentos, reduzir a pobreza se

torna inviável. Neste sentido, o processo de desenvolvimento implica necessariamente uma realocação da produção de setores de baixa produtividade para setores de alta produtividade, nos quais prevalecem os retornos crescentes de escala. (Gala; Roncaglia, 2020, p. 35)

Para alcançar o desenvolvimento, as nações deveriam apoiar-se no papel do Estado para superar suas principais deficiências, seja por meio do planejamento econômico, do investimento público, da coordenação industrial, do protecionismo comercial, entre outras estratégias de intervenção. A Figura 1, a seguir, sintetiza as conclusões dos pioneiros do desenvolvimento econômico acerca dos países subdesenvolvidos:

Figura 1 – Conclusões dos pioneiros do desenvolvimento



Fonte: elaborado pela autora.

Essas contribuições dos pioneiros internacionais, ao enfatizarem a industrialização e o papel do Estado, constituíram a base teórica que posteriormente seria reelaborada no pensamento latino-americano, especialmente no âmbito da Cepal.

3. Considerações finais

Assim, embora haja possíveis discordâncias ou incompatibilidades entre os autores, todas as perspectivas apresentadas configuraram-se como alternativas à abordagem neoclássica. Esses economistas contribuíram para a formação de um arcabouço teórico do desenvolvimento clássico, contemplando elementos de complexidade na elaboração de diagnósticos e estratégias voltados a países em condição de subdesenvolvimento (Cardoso, 2018).

Cabe destacar, mais uma vez, que a gênese das reflexões desses autores residiu na percepção da insuficiência da teoria das vantagens comparativas ricardianas. Ao constatar que tal teoria reforçava a condição periférica das economias atrasadas, concluíram que o subdesenvolvimento exigia estratégias específicas, o que os levou à formulação de uma teorização particular (Cardoso; Reis, 2018).

Ressalta-se que o objetivo deste artigo não é discutir as divergências ou estabelecer comparações entre os pensadores pioneiros do desenvolvimento. O propósito, aqui, é evidenciar a contribuição desses autores para a formação de um pensamento voltado ao desenvolvimento econômico na América Latina. Nesse sentido, é importante considerar que tais contribuições não foram apenas recebidas de forma passiva, mas reinterpretadas e reelaboradas à luz das especificidades da região. A tradição cepalina, por exemplo, apropriou-se criticamente de autores como Rosenstein-Rodan, Nurkse, Hirschman e Myrdal para formular diagnósticos sobre a deterioração dos termos de troca, a heterogeneidade estrutural e a necessidade de políticas de industrialização via substituição de importações. Essa recepção ativa dos clássicos internacionais revela como a América Latina não apenas incorporou, mas também produziu novas categorias analíticas que marcaram profundamente o debate desenvolvimentista no século XX.

Nesse sentido, a principal contribuição dos pioneiros do desenvolvimento consistiu em “compreender os entraves à – bem como os mecanismos que poderiam levar à – transição de uma economia rural para uma economia liderada pela produção industrial” (Gala; Roncaglia, 2020, p. 41).

Importa salientar, ainda, que os chamados “pioneiros” formaram-se em “centros anglo-saxões”, o que resultou em certo resquício da teoria econômica tradicional em suas novas reflexões sobre o desenvolvimento, bem como em uma idealização do conceito baseada nos padrões da civilização europeia (Cardoso, 2018).

Esse movimento abre caminho para uma rica tradição de pensamento desenvolvimentista latino-americano, cuja expressão mais notória encontra-se nos trabalhos da Cepal e em autores como Raúl Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto. Encerrar este artigo nesse ponto é, portanto, um convite ao leitor para explorar tais contribuições, nas quais as ideias pioneiras aqui discutidas são reelaboradas, resultando em diagnósticos e propostas que dialogam diretamente com as especificidades da região.

Todavia, cabe ressaltar que, diante das transformações do capitalismo no século XXI – marcadas pela globalização financeira, pela centralidade das cadeias globais de valor, pela revolução tecnológica e pela emergência das mudanças climáticas como desafio estrutural –, as teorias pioneiras do desenvolvimento revelam limites importantes. A ênfase quase exclusiva na industrialização como solução para o atraso, por exemplo, mostra-se insuficiente em um contexto em que a competitividade depende também de inovação, sustentabilidade ambiental e inserção qualificada em mercados globais. Ainda assim, o legado desses autores permanece atual ao evidenciar que o desenvolvimento não é um processo automático de mercado, mas exige políticas deliberadas, coordenação estatal e reflexão crítica sobre as condições históricas de cada país.

Referências

BASTOS, C. P.; BRITTO, G. Introdução. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). *Economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, p. 7-41, 2010.

BLAUG, M. *Economic Theory in Retrospect*. Cambridge University Press, 1991.

CARDOSO, F. G.; REIS, C. F. de B. Centro e periferia nas Cadeias Globais de Valor: uma interpretação a partir dos pioneiros do desenvolvimento. *Revista de Economia Contemporânea*, 2018, v. 22, n. 3, p. 1-32. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rec/v22n3/1415-9848-rec-22-03-e182232.pdf>>. Acesso em 8 janeiro 2021.

CARDOSO, F. *Nove clássicos do desenvolvimento econômico*. Jundiaí: Paco, 2018.

FONSECA, P. C. D. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*. Texto para discussão/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

FONSECA, P. C. D.; SALOMÃO, I. C. O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade. *Revista de Economia Contemporânea*, n. esp., p. 1-20, 2017.

GALA, P.; RONCAGLIA, A. *Brasil, uma economia que não aprende: novas perspectivas para entender nosso fracasso*. São Paulo: Ed. do Autor, 2020.

HISCHMAN, A. O. *The Strategy of Economic Development*. New Haven: Yale University Press, 1958.

HARROD, R. An essay in dynamic theory. *The Economic Journal*, v. 49, n. 193, p. 14-33, 1939.

HUNT, E. K. *History of Economic Thought: A Critical Perspective*. HarperCollins, 1989.

KALECKI, M. The Difference between Crucial Problems of Developed and Underdeveloped Non-Socialist Economies. In: *Essays on Developing Economics*. Brighton: The Harvester Press Limited, [1968] 1976.

KALECKI, M.; SACHS, I. Forms of Foreign Aid: an Economic Analysis. In: *Essays on Developing Economics*. Brighton: The Harvester Press Limited, [1966] 1976.

KEYNES, J. M. *A teoria do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

LEWIS, A. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960.

LIMA, H. F. *Do imperialismo à libertação colonial*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965

LIST, G. F. *Sistema nacional de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, [1841] 1989.

MANDELBAUM, K. *The industrialization of backward areas*. Oxford: Basil Blackwell, 1945.

MANOILESCO, M. *Théorie du protectionisme et de l'échange international*. Paris: Giard, 1929.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Abril Cultural, [1867] 1983. (Os Economistas)

MEDEMA, S.; SAMUELS, W (Org.). *Historians of Economics and Economic Thought*. Routledge, 2003.

MYRDAL, G. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Editora Saga, [1957] 1968.

MYRDAL, G. What is Development? *Journal of Economic Issues*, v. 8, n. 4, p. 745-762, 1974.

NURKSE, R. Problemas da formação de capitais em países subdesenvolvidos. In: *Memórias do desenvolvimento*, ano 1, n. 1. Rio de Janeiro, Centro Internacional Celso Furtado, [1951] 2007.

PRADO JÚNIOR, C. *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, [1817] 1982. (Os Economistas)

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problemas de industrialização da Europa do Leste e do Sudeste. In: AGARWALA, A.; SINGH, S. P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, p. 265-275, [1943] 2010.

ROSTOW, W. W. A decolagem para o crescimento autossustentado. In: AGARWALA, A.; SINGH, S. P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, [1956] 2010.

SCHUMPETER, J. A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHUMPETER, J. A. *History of Economic Analysis*. Oxford University Press, 1954.

SCREPANTI, E.; ZAMAGNI, S. *An Outline of the History of Economic Thought*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

SINGER, H. W. The Distribution of Gains between Investing and Borrowing Countries. *The American Economic Review*, v. 40, n. 2, p. 473-485, 1950.

SMITH, A. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of Nations*. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

THIRLWALL, A. P. A teoria do crescimento. In: THIRLWALL, A. P. *A natureza do crescimento econômico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações*. Brasília: Ipea, p. 17-28, 2005.